PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
CEP 38490-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Câmara Municipal
FL. Nº 2
Visto

PROJETO DE LEI N.º 97 /2002.

Institui no Município de Indianópolis a Contribuição para Custeio da Iluminação Pública prevista no artigo 149-A da Constituição Federal

A Câmara Municipal de Indianópolis, Estado de Minas Gerais, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituída no Município de Indianópolis a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CIP, prevista no artigo 149-A da Constituição Federal.

Parágrafo único. O serviço previsto no *caput* deste artigo compreende o consumo de energia destinada à iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos, e a instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública.

Art. 2º. É fato gerador da CIP o consumo de energia elétrica por pessoa natural ou jurídica, mediante ligação regular de energia elétrica no território do Município.

Art. 3º. Sujeito passivo da CIP é o consumidor de energia elétrica residente ou estabelecido no território do Município e que esteja cadastrado junto à concessionária distribuidora de energia elétrica titular da concessão no território do Município.

Art. 4º. A base de cálculo da CIP é o valor mensal do consumo total de energia elétrica constante na fatura emitida pela empresa concessionária distribuidora.

Art. 5°. As alíquotas de contribuição são diferenciadas conforme a classe de consumidores e a quantidade de consumo medida em Kw/h, conforme a tabela anexa, que é parte integrante desta lei.

§ 1º. Estão isentos da contribuição os consumidores da classe residencial com consumo de até 50 kW/h e da classe rural com consumo até 70 kW/h.

§ 2º. Estão excluídos da base de cálculo da CIP os valores de consumo que superarem os seguintes limites:

a) classe industrial: 10.000 Kw/h/mês;
b) classe comercial: 7.000 Kw/h/mês;
c) classe residencial: 3.000 Kw/h/mês.
d) classe rural: 2.000 Kw/h/mês.

§ 3º. A determinação da classe/categoria de consumidor observará as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL – ou órgão regulador que vier a substituí-la.

Câmara Municipal
FL. Nº 3
Visto

Art. 6°. A CIP será lançada para pagamento juntamente com a fatura mensal de energia elétrica.

§ 1º. O Município conveniará ou contratará com a Concessionária de Energia Elétrica a forma de cobrança e repasse dos recursos relativos à contribuição.

§ 2º. O convênio ou contrato a que se refere o *caput* deste artigo deverá, obrigatoriamente, prever repasse imediato do valor arrecadado pela concessionária ao Município, retendo os valores necessários ao pagamento da energia fornecida para a iluminação pública e os valores fixados para remuneração dos custos de arrecadação e de débitos que, eventualmente, o Município tenha ou venha a ter com a concessionária, relativos aos serviços supra citados.

§ 3º. O montante devido e não pago da CIP a que se refere o "caput" deste artigo será inscrito em dívida ativa, 60 dias após à verificação da inadimplência.

§ 4º. Servirá como título hábil para a inscrição:

I - a comunicação do não pagamento efetuada pela concessionária que contenha os elementos previstos no art. 202 e incisos do Código Tributário Nacional;

II - a duplicata da fatura de energia elétrica não paga;

III - outro documento que contenha os elementos previstos no art. 202 e incisos do Código Tributário Nacional.

§ 5º. Os valores da CIP não pagos no vencimento serão acrescidos de juros de mora, multa e correção monetária, nos termos da legislação tributária municipal.

Art. 7°. Fica criado o Fundo Municipal de Iluminação Pública, de natureza contábil e administrado pela Prefeitura Municipal de Indianópolis.

Parágrafo único. Para o Fundo deverão ser destinados todos os recursos arrecadados com a CIP para custear os serviços de iluminação pública previstos nesta Lei.

Art. 8º. O Poder Executivo regulamentará a aplicação desta lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da sua publicação.

Art. 9º. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar com a Centrais Elétricas de Minas Gerais o convênio ou contrato a que se refere o art. 6º desta Lei.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indianópolis-MG, 23 de dezembro de 2002.

José Mauro Stabile.
JOSÉ MAURO STABILE
Prefeito Municipal

Câmara Municipal
FL. Nº 4
Visto

TABELA ANEXA

CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CIP

CLASSE	Consumo Kwh Mensal	Alíquota
Residencial, Industrial, Comercial, Poder Público e Consumo Próprio.	até 50 (isento)	0,00%
	de 51 até 100	1,50%
	de 101 até 200	4,50%
	de 201 até 300	7,00%
	de 301 até 500	8,50%
	acima de 500	10,00%
Rural	até 70 (isento)	0,00%
	de 71 até 100	1,50%
	de 101 até 200	4,50%
	de 201 até 300	7,00%
	de 301 até 500	8,50%
	acima de 500	10,00%

Câmara Municipal
FL. Nº 5
Visto

MENSAGEM Nº 40, DE 2002.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Senhores vereadores,

O Projeto de Lei que ora é encaminhado a essa Casa Legislativa é fruto de intenso debate envolvendo diversas entidades representativas dos Municípios em nível nacional e regional, capitaneadas pela Confederação Nacional de Municípios – CNM. É, portanto, proposta consensual, podendo ser rotulada de proposta de Estado, e não de Governo. Contém a síntese dos anseios municipalistas que encontraram eco no Congresso Nacional, junto a todas as agremiações políticas lá representadas.

Trata-se de Projeto de Lei que institui, no território do Município de Indianópolis, a CIP – Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública -, prevista no art. 149-A e parágrafo único, da Constituição Federal, introduzido pela aprovação da Emenda Constitucional n.º 39 de 19 de fevereiro de 2002.

O art. 149-A e seu parágrafo único da Constituição Federal prevê espécie tributária nova e que inclui dentre as competências dos Municípios a de instituir, na forma das respectivas leis, contribuição especial para custear o serviço de iluminação pública. Prevê, ainda, o novo texto constitucional, a possibilidade de que o valor da contribuição seja cobrado juntamente com a fatura mensal de energia elétrica emitida pelas concessionárias distribuidoras em todo o País.

Tal contribuição é caracterizada tecnicamente pela destinação legal do produto de sua arrecadação. São exemplos aquelas integrantes do sistema tributário nacional, tais como as de seguridade, a sindical, CPMF, as contribuições para as entidades fiscalizadoras do exercício profissional, as contribuições de intervenção no domínio econômico, etc.

Em razão disso, a proposta ora encaminhada contém a criação do Fundo Municipal de Iluminação Pública (art.7°), de natureza contábil, administrado pela Prefeitura Municipal, para onde deverão ser carreados todos os recursos decorrentes da arrecadação da nova contribuição, permitindo assim, com a transparência necessária, precisar exatamente o valor arrecadado e a utilização dos recursos da contribuição de iluminação.

Os recursos a serem arrecadados com a nova contribuição serão utilizados, como consta no art. 1° e seu *Parágrafo Único*, para custear a energia fornecida pelas concessionárias distribuidoras para a iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos, e bem assim para viabilizar os serviços de iluminação que o Município deve realizar, especialmente a manutenção e a expansão das redes públicas de iluminação.

A contribuição será devida por todos aqueles que, residentes ou estabelecidos no território do Município, possuam ligação regular de energia elétrica, sendo o valor mensal do consumo de cada um a base de cálculo da contribuição.

Câmara Municipal
FL. Nº 6
Visto

Os critérios adotados visam conjugar três fatores fundamentais na instituição da nova contribuição, a saber: a) praticidade e viabilidade técnica para cobrança, b) inclusão dentre os contribuintes do maior universo possível de munícipes, visando distribuir adequadamente a carga tributária e c) justa distribuição do ônus da nova contribuição, garantindo isenção para os consumidores menores, de presumida baixa capacidade contributiva.

As alíquotas propostas são em percentuais sobre o consumo o que gera uma contribuição adequada de acordo com as condições de cada classe, possibilitando, assim, uma correlação com a capacidade contributiva, bem como a isenção das faixas de contribuintes residenciais que consomem até 50KW/h e de consumidores rurais até 70 KW/h.

Saliente-se que neste aspecto, no que tange à Lei de Responsabilidade Fiscal, estas isenções, embora enquadráveis como renúncia de receita, estão de acordo com aquela lei porque as alíquotas previstas para as outras faixas já garantem uma arrecadação suficiente para o fim da contribuição, qual seja o custeio da iluminação pública, bem como posteriormente o executivo fará o encaminhamento das competentes alterações na LDO e LOA para prever a receita e complementar as exigências do art. 14 da LRF.

De qualquer modo, para evitar que alguns consumidores tenham valor excessivo de contribuição, estabelece-se um limitador, excluindo-se da tributação determinados patamares de consumo, como definido no Art. 5º, § 2º. Esses limites, visam, também, distribuir a carga tributária de modo equânime.

O valor da CIP, na forma da proposta ora enviada, será pago mensalmente, nos mesmos prazos de vencimento das faturas de energia elétrica. Em caso de inadimplência, incidirão sobre a contribuição os ônus de multa e juros previstos na legislação tributária municipal para o IPTU.

Importante, também, ressaltar que a EC transfere para a esfera de competência dos Municípios a responsabilidade de instituir e cobrar a CIP e que, portanto, não é faculdade destes instituí-la ou não. Se não o fizerem sofrerão sanções. Devem também definir os parâmetros e a operacionalização da mesma.

Esta obrigatoriedade da instituição do tributo se dá em face do art. 11 da Lei Complementar 101/2000, a LRF que diz:

" Art. 11. Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.

Parágrafo único. É vedada a realização de transferências voluntárias para o ente que não observe o disposto no caput, no que se refere aos impostos."

Finalmente, a proposta contém autorização para que o Poder Executivo Municipal formalize junto à concessionária distribuidora convênio ou contrato visando delegar a arrecadação da contribuição. Tal ajuste permitirá a utilização dos sistemas e cadastros da empresa distribuidora, de tal modo que fique viabilizada a cobrança da nova contribuição, com a segurança e agilidade necessárias.

Câmara Municipal
FL. Nº 7
Visto

Esta é, em síntese, a proposta legislativa encaminhada a apreciação de Vossa Excelência, com a convicção de que receberá o habitual apoio.

Prefeitura Municipal de Indianópolis-MG, 23 de dezembro de 2002.

José Mauro Stabile.

JOSÉ MAURO STABILE
Prefeito Municipal

AMARA MUNICIPAL INDIANOPOLIS - MG
Protocolo Nº 211/2002
23/12/2002
Responsável Protocolo

Superintendência de Relacionamento Comercial

Anexo 1

Gerenciamento do Segmento de Clientes do Poder Público

SIMULAÇÃO PARA ARRECADAÇÃO DE TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

MUNICÍPIO: INDIANÓPOLIS

FAIXA DE CONSUMO (Kwh)		NÚMERO DE CONSUMIDORES	PERCENTUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
DE	ATÉ				
0	30	180	0,0	R$ -	R$ -
31	50	113	1,5	R$ 1,89	R$ 213,00
51	100	500	3,0	R$ 3,78	R$ 1.890,00
101	200	501	5,0	R$ 6,30	R$ 3.156,00
201	500	236	8,0	R$ 10,08	R$ 2.379,00
Acima de	500	232	10,0	R$ 12,60	R$ 2.923,00
TOTAL		**1.762**			**R$ 10.561 ,00**

Tarifa atual - B4b * R$ 126,02 Tarifa B4b sem ICMS

PRIMEIRA SIMULAÇÃO: CONSUMOS ATÉ 30 KWH SÃO ISENTOS

Câmara Municipal
Fl. Nº 8
Visto

Superintendência de Relacionamento Comercial

Anexo 1

Gerenciamento do Segmento de Clientes do Poder Público

SIMULAÇÃO PARA ARRECADAÇÃO DE TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

MUNICÍPIO: INDIANÓPOLIS

FAIXA DE CONSUMO (Kwh)		NÚMERO DE CONSUMIDORES	PERCENTUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
DE	ATÉ				
0	30	180	0,0	R$ -	R$ -
31	50	113	1,5	R$ 1,89	R$ 213,00
51	100	500	3,0	R$ 3,78	R$ 1.890,00
101	200	501	5,0	R$ 6,30	R$ 3.156,00
201	300	137	8,0	R$ 10,08	R$ 1.381,00
Acima de	300	331	10,0	R$ 12,60	R$ 4.171,00
TOTAL		**1.762**			**R$ 10.811,00**

Tarifa atual - B4b * R$ 126,02 Tarifa B4b sem ICMS

SEGUNDA SIMULAÇÃO: O INTERVALO DA QUINTA FAIXA É DE 201 A 300

Câmara Municipal
FL. Nº 9
Visto

Anexo 1

Superintendência de Relacionamento Comercial

Gerenciamento do Segmento de Clientes do Poder Público

SIMULAÇÃO PARA ARRECADAÇÃO DE TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

MUNICÍPIO: INDIANÓPOLIS

FAIXA DE CONSUMO (Kwh)		NÚMERO DE CONSUMIDORES	PERCENTUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
DE	ATÉ				
0	50	293	0,0	R$ -	R$ -
51	100	500	1,5	R$ 1,89	R$ 945,00
101	200	501	4,5	R$ 5,67	R$ 2.841,00
201	300	137	7,0	R$ 8,82	R$ 1.208,00
301	500	99	8,5	R$ 10,71	R$ 1.060,00
Acima de	500	232	10,0	R$ 12,60	R$ 2.923,00
TOTAL		**1.762**			**R$ 8.977,00**

Tarifa atual - B4b * R$ 126,02 Tarifa B4b sem ICMS

TERCEIRA SIMULAÇÃO: O INTERVALO DA QUINTA FAIXA É DE 301 A 500

Câmara Municipal
FL. Nº 10
Visto